

ANPUH- Associação Nacional de História / Núcleo Regional de Pernambuco

MEMÓRIA & HISTÓRIA



**V Encontro Nordestino de História
V Encontro Estadual de História**

Recife, UFPE - 10 A 15 de outubro 2004

AS LUZES DA MAÇONARIA SOBRE PERNAMBUCO
Augusto César Acioly

AS LUZES DA MAÇONARIA SOBRE PERNAMBUCO

Augusto César Acioly*

1 - Maçonaria no Brasil: Prioridade em Pernambuco

Precisar ao certo o momento que a maçonaria chegou às terras brasileiras é uma tarefa muito difícil, pois quando falamos da maçonaria, é importante perceber se estamos nos referindo ao conjunto de maçons que existiam no Brasil, ou maçonaria enquanto corpo regular com oficinas organizadas regularmente. O que podemos afirmar e muitos autores ratificam é que mesmo antes de existir no Brasil uma maçonaria organizada e reconhecida, existiam maçons que foram iniciados na Europa e propagavam aqui no Brasil os ideais defendidos por esta instituição. Boa parte dos indivíduos apresentados aos mistérios maçônicos eram estudantes que durante algum tempo, haviam morado na Europa e entrado lá em contato com a filosofia e o simbolismo desta sociedade.

Notícias de movimentos inspirados e levados à frente por indivíduos que conheciam a maçonaria e os seus princípios, fizeram parte do último quartel do século XVIII e início do Século XX, até pelo menos a concretização da nossa Independência. A alguns autores defendem que as primeiras lojas foram fundadas entre o período que vai de 1800 à 1803, ocorrendo divergências entre os estudiosos quanto à data precisa da sua introdução em terras brasileiras. Nicola Aslan, prestigiado estudioso maçom, citando o livro do Barão de Rio Branco, *Efemeridades Brasileiras*, relata o seguinte episódio ocorrido segundo o presente relato no dia 24/07/1800:

Uma divisão naval francesa, comandada pelo Capitão Landolphe, tendo cruzado alguns dias perto da barra do Rio de Janeiro, fez algumas presas e seguiu nesta data para o Norte. Na altura de Porto – Seguro encontrou-se com a esquadra do comodore Inglês Rowley Bulteel, e no combate renderam-se duas fragatas francesas. Os prisioneiros foram entregues no Rio de Janeiro ao Vice-rei Conde de Resende [...] Refere-se o comandante Landolphe que foi bem tratado, porque era pedreiro-livre. Um dos filhos do vice-rei levou-o a uma festa maçônica. “Introduzido no recinto do templo (diz ele em suas

memórias), ouvi com muito prazer o discurso do venerável; mas o que me encheu de admiração foi ver nesse lugar, entre os primeiros chefes militares e administradores da colônia, personagens revestidos das primeiras dignidades da igreja¹”.

Tudo leva a crer que a loja a que Landolphe faz referência é a União, localizada em Niterói que na época conhecida como Praia Grande. Outras referências sobre essa oficina maçônica encontramos nos Anais Maçônicos Fluminenses, documento publicado em 1832. Ao que tudo indica a Loja União estava ligada ao Grande Oriente da Ilha de França. Só a partir de 1803, é que notamos o interesse crescente do Grande Oriente Lusitano em fixar e exercer um poder mais efetivo no Brasil, com a criação de três Lojas maçônicas: Reunião, Constancia e Filantropia. a vida dessas oficinas foi curta e pouco tempo depois “abateram coluna”², tendo como um dos promotores para o seu fechamento o Conde dos Arcos. Outros fazem referência a atuação de uma loja atuando na Bahia denominada Virtude, que adotava o rito Moderno anterior às lojas que se constituíram no Rio.

Autores como Pereira da Costa³ e Mario Melo⁴, trazem para Pernambuco a primazia na introdução da maçonaria no Brasil. O primeiro coloca o ano da introdução desta sociedade no nosso Estado em 1801, fazendo tal afirmação sem nenhum respaldo documental, indicando o que nos parece para fixar esta data relatos orais, ou pelo menos é isso o que supomos. Já Mario Melo falando sobre a mesma temática via um pouco além, pois coloca o Areópago de Itambé, como a primeira loja maçônica do Brasil, contestando a influência da maçonaria na Inconfidência Mineira por não constar que houvesse, como aqui em Pernambuco, uma sociedade secreta que servisse como ponto de encontro dos intelectuais que

*Pós-graduando em História pela Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: césar.acioly@ig.com.br

¹ ASLAN, Nicola. História geral da maçonaria; fastos da Maçonaria brasileira. Rio de Janeiro: Aurora, s.d.

² Expressão maçônica que serve para definir o fechamento das lojas maçônicas.

³ COSTA, Francisco A. P. A maçonaria em Pernambuco. In: **Arquivo Maçônico**. Recife, dez. 1910.

⁴ Deste autor dois são os trabalhos que se dedicaram a este tema: MELO, Mário. .Maçonaria no Brasil: Prioridade em Pernambuco. In: **Arquivo maçônico**, Recife, fev. 1909; MELO, Mário. A maçonaria e a Revolução republicana de 1817. Recife: Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico pernambucano, V.15, nº79, 1910.

arquitetassem movimentos com objetivos de alcançar melhorias para o Brasil. A idéia do Areópago de Itambé, enquanto centro de atuação maçônica, como afirma Mario Melo, deve ser levada em consideração, uma vez que as perseguições sofridas pela maçonaria no reino dificultavam fundar lojas maçônicas seguindo o modelo adotado. Era mais discreto reunir indivíduos iniciados na maçonaria usando outros nomes, provocando o surgimento de sociedades secretas sob a roupagem de clubes literários e Academias científicas. Tal recurso ajudava a despistar qualquer censura ou aproximação com a maçonaria. O caráter secreto desempenhava um papel importante para estas sociedades, pois serviam como uma espécie de escudo contra possíveis perseguições a idéias e posições identificadas por setores mais conservadores, como avançadas, maçônicas ou afrancesadas. Tais denominações eram usualmente empregadas e causavam um verdadeiro frisson nas elites reacionárias tanto do Brasil quanto de Portugal.

Mario Melo lança muitas evidências na tentativa de afirmar o caráter maçônico do Areópago, entre elas a da participação de pessoas conhecidas e simpatizantes de várias idéias propagadas pela maçonaria. Figuras como o Capitão André Dias de Figueiredo, padre Antônio Felix Cardozo, padre José Pereira Tinoco, padre Antonio de Albuquerque Montenegro e padre João Ribeiro, este ultimo iniciado em Lisboa, e ainda o do seu fundador Arruda Câmara introduzido nos mistérios maçônicos quando ainda era estudante de medicina na Universidade francesa de Montpellier. Esses são os indícios que ele sustenta para defender a idéia da preponderância de Pernambuco na introdução e propaganda maçônica no Brasil.

Discutir se Pernambuco foi ou não o primeiro local no Brasil a abrigar uma loja maçônica ou estrutura semelhante não é objetivo das nossas pesquisas. O que pretendemos com esta exposição foi somar as outras teses e análises sobre a introdução desta instituição no Brasil, as contribuições historiográficas de autores como Mario Melo e Pereira da Costa, que não são referências tão largamente citadas pela literatura maçônica e acadêmica, e que guardam uma importância vital nos seus estudos, pois geram novas discussões e perspectivas sobre a história da maçonaria no Brasil e em Pernambuco.

Essa primeira fase que vai de fins do século XVIII até 1822, podemos perceber como um período de estruturação e propagação da maçonaria de forma

organizada no nosso país. Começa a partir de 1803 por parte do Grande Oriente Lusitano a existir uma preocupação de se firmar e instalar, como poder maçônico reconhecido, tornando-se único e exclusivo no direcionamento dos caminhos da nascente maçonaria brasileira.

Saindo do ambiente das hipóteses sobre a primazia de Pernambuco na instalação da maçonaria no Brasil, encontramos as primeiras referências positivas acerca da constituição de lojas maçônicas regulares em Pernambuco no ano de 1809 baseados nas informações de Pereira da Costa. Nesse ano formou-se uma loja maçônica denominada Regeneração que tinha objetivos puramente políticos, alias, a preocupação com a política era uma constante no seio da maçonaria nacional, na fase pré-independência, de 1800 a 1822.

Nos anos posteriores, a maçonaria em Pernambuco disseminou-se e constituiu novos espaços de divulgação do ideal maçônico. Ainda no ano de 1809, na Bahia, organizou-se um Grande Oriente pelo fato de ser lá onde se encontravam o maior número de maçons iniciados. Não sabemos quanto tempo este Grande Oriente sobreviveu porque as informações dadas por Pereira da Costa são muito superficiais sobre tal acontecimento.

De 1809 a 1817, os destinos da maçonaria se ampliaram formando alguns núcleos nos vários pontos da província de Pernambuco, porém as provas documentais mais contundentes atestam que só algumas ficaram para a posteridade. Em 1814, instalou-se em Pernambuco a Loja Patriotismo e no ano seguinte a Restauração. A primeira tinha por objetivo a instauração de um governo republicano. Esses dois espaços de trabalho maçônico com certeza foram lugares efetivos de planejamento de movimentos que contestavam a posição de opressão em que parte da elite e do povo pernambucano se encontrava. Mas ao mesmo tempo em que eram locais de fomentação da política e também de ideais como os de: Liberdade, Fraternidade e Igualdade, as oficinas maçônicas de Pernambuco não esqueciam os princípios de solidariedade que marcavam, desde o início, a maçonaria universal. Uma prova dessa solidariedade tem um dos pontos máximos, nestes primeiros anos de vida da maçonaria pernambucana, através do discurso que Franklin Távora pronunciou na Loja Segredo e Amor da Ordem no ano de 1869, discurso este que foi impresso é dá-nos conta do trabalho de solidariedade levado a

frente pelas oficinas Restauração e Patriotismo, no ano de 1815, quando uma galera de nome Balsemão afundou:

A fins de 1815 ou princípios de 1816, se queimou em Pernambuco, estando fundeada no Lamarão, prompta para dar á vela, a galera Balsemão, completamente carregada, achando-se em terra o capitão Estevão José Alves, o piloto Pedro de Tal, e o cirurgião Franco, todos três maçons, ainda que só o capitão era membro de uma loja de Pernambuco. Independente da perda dos carregadores, não só os oficiais do navio como a tripulação, perderam tudo quanto possuíam por aquelle inesperado incêndio. A loja restauração a que pertencia o capitão, de accordo com a loja Patriotismo, promoveram immediatamente uma subscrição dentro e fora dos seus templos, colocando-se cada uma dellas á cabeça da lista com somma de quatrocentos mil reis. Quarenta e oito horas depois se tinham ajuntado 8 a 10 contos de reis (moeda forte), e não só os três irmãos como toda a tripulação foram indemnizados de suas perdas, achando na maçonaria um lenitivo para seus males⁵.

O ano de 1816, tempo de agitada propaganda política e de maior organização na sua estrutura, formou-se uma loja provincial que contava com quatro oficinas regulares, tendo pessoas das mais variadas posições todos unidos em prol da defesa da liberdade e da formação da Pátria, tão acalentada pelos maçons que pretendiam eliminar o julgo de Portugal. Tal fato é procedente, pois no mesmo ano ordenou-se a prisão de dois oficiais do exercito que participavam das reuniões desta sociedade: os tenentes José Paulino de Almeida e Albuquerque e Antonio Vieira Cavalcante que foram mandados para a prisão da Ilha das Cobras, sendo depois libertados no dia 14 de fevereiro de 1816. Segundo Pereira da Costa o denunciador de serem estes dois oficiais maçons tinha sido um escravo, que por conta desse serviço foi libertado, pagando a sua alforria os cofres da polícia. Como podemos verificar a vigilância em torno dos membros e dos trabalhos da maçonaria eram vistos com muita reserva, pois já não era mais segredo que vários dos seus sócios, formados dentro do espírito liberal das idéias francesas tão temidas pelo governo português, a cada momento se organizavam no sentido de collocarem um fim no poder português e libertar o Brasil.

⁵ COSTA, F. A. P da. A maçonaria em Pernambuco. In: **Arquivo Maçônico**. Recife, dez.1910.

Dessa forma a cada momento que passava, o ambiente de discussão e ação política que caracterizava a maçonaria na fase pré-independência se intensificava. Como afirmamos antes, o desejo de liberdade permeava a sociedade pernambucana e colocava a maçonaria à frente na formulação de movimentos que contestavam o poder absoluto, entre eles o que mais chamou a atenção foi a Revolução de 1817 onde vários indivíduos pertencentes à maçonaria envolveram-se no movimento. Mario Melo⁶ faz um criterioso estudo da relação da maçonaria com a revolução de 1817, e observa o auxílio que vários dos seus membros deram a dita Revolução. Quando o movimento rebelde triunfou e o governador de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda Montenegro feito prisioneiro e mandado para a Fortaleza das Cobras, escreveu para o Conde da Barca, em 9 de abril de 1817, queixando-se que em Pernambuco a ação conspiratória dos pedreiros livres se fazia presente, pois era de seu conhecimento o funcionamento de duas oficinas maçônicas em casa de dois indivíduos que tiveram parte no movimento revolucionário. Eram eles Antonio Gonçalves da Cruz, o comerciante conhecido como o Cabugá e Domingos José Martins. Estes dois fizeram parte do governo que se instalou no mês de março com o triunfo do movimento⁷.

Desarticulado o movimento de 1817 os seus líderes foram julgados e mandados para uma prisão na Bahia permanecendo quatro anos encarcerados. Ainda no ano de 1818, Dom João VI percebendo o poder e influência que tinha a maçonaria e as sociedades secretas torna, através de um alvará, ilegal a constituição e formação destas sociedades, permanecendo, portanto a maçonaria até 1822 trabalhando de forma clandestina e irregular. Durante este interregno, o trabalho político da maçonaria continua com várias de suas lideranças que não haviam sido presos na ocorrência do movimento de 1817. É desse período a constituição de uma loja maçônica em Igarassu, idealizada pelo cirurgião Vicente Ferreira dos Guimarães e batizada com o nome de 6 de Março de 1817, cuja regularização só veio a ocorrer em 1832, quando o Grande Oriente do Brasil havia se recomposto.

Com a volta da família real para Portugal após o movimento Constitucionalista do Porto e a proclamação de Dom Pedro como príncipe regente

⁶MELO, Mário. **A maçonaria e a Revolução republicana de 1817**. Recife: Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico pernambucano, V.15, nº79, 1910.

⁷COSTA, F. A. P da. A maçonaria em Pernambuco. In: **Arquivo Maçônico**. Recife, dez. 1910.

do Brasil, a idéia da Independência que já vinha sendo fomentada desde a Inconfidência e os sucessivos, movimentos inspirados nos ideais liberais que marcaram o fim do século XVIII e início do XIX, amplia-se o desejo de tornar o Brasil uma pátria independente. E entre os vários membros que tinham sido iniciados na maçonaria, duas figuras merecem menção pelos projetos que tinham no sentido de tornar o Brasil livre do domínio português, eram eles Gonçalves Ledo e José Bonifácio. Os dois representavam facções políticas divergentes que com o passar dos anos foi agravando-se. O primeiro, um liberal de espírito mais exaltado, contrário a qualquer posição de absolutismo. O segundo, apesar de se mostrar como um espírito à frente do seu tempo na proposição de projetos que dessem liberdade aos escravos, na estruturação de uma reforma agrária e na preocupação com causas ambientais, do ponto de vista político era mais moderado, chegando em alguns momentos ao conservadorismo.

A partir de então começa o namoro da Maçonaria com o príncipe Dom Pedro I através de vários atos que culminaram com a sua iniciação. Essa foi uma forma de conquistar a confiança do Príncipe e torná-lo um defensor da causa da Independência. A Maçonaria foi conseguindo confiança e prestígio junto a Pedro I através de homenagens, como a de maio de 1822 que lhe deu o título de Defensor Perpétuo do Brasil. E em agosto de 1822, era D. Pedro iniciado na maçonaria, sendo no mesmo ano eleito Grão Mestre.

Com a independência, os objetivos políticos que a maçonaria projetava se completam e uma divergência no seio da própria instituição entre os partidários de Bonifácio e os de Ledo, o espírito de conflito político se intensifica ao mesmo tempo em que o Imperador D. Pedro, mostra a sua verdadeira face centralizadora e absolutista. Temendo o poder político da maçonaria, no dia 20 de outubro de 1823 foi baixado uma carta lei fechando as sociedades secretas e, dando início a uma fase de intolerância e perseguição aos membros desta instituição. Ocorrem várias deportações e prisões e o clima de intransigência iniciado pelo imperador amplia-se para toda a sociedade brasileira, com a outorga da carta Constitucional de 1824, levando Pernambuco novamente a se levantar e organizar a Confederação do Equador articulada por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, maçom militante da loja 6 de março de 1817.

A fase que vai de 1823, com o fechamento da maçonaria pelo Imperador Dom Pedro até a sua abdicação, em 1831, não trouxe grandes movimentos na maçonaria pernambucana. Uma das coisas que merecem menção é a fundação da sociedade carpinteira que tinha a finalidade de trabalhar pela consolidação da independência e, segundo alguns autores, tinha inspiração maçônica.

A partir de 1831 começa uma nova fase no interior da maçonaria brasileira e especialmente a pernambucana, O Grande Oriente do Brasil é restaurado tendo a frente de sua organização José Bonifácio. Uma das principais resoluções tomadas pela direção do novo Grande Oriente foi o de suprimir toda discussão de ordem política e religiosa dos templos. Essa postura vem muito bem determinada, no manifesto escrito por Bonifácio e que transcreveremos um pequeno trecho abaixo:

Nenhum assunto que não tenha conexão com os Graus simbólicos da Maçonaria será tratado no oriente Brasileiro e nas Lojas de seu círculo: nenhum outro fim terão os trabalhos que não seja o aumento da felicidade humana, ensinando e inspirando o amor das virtudes domésticas e sociais, o respeito á Religião , submissão ás leis do Estado, a tolerância de todos os cultos e a de todos os Ritos Mac:. Reconhecidos e professados atualmente pelos GGR:. OOr:. De todo o mundo, fazendo unicamente exceção dos princípios dos iluminados, e dos que forem contrários ás leis gerais da natureza e ás positivas do Brasil. A voz da politica nunca mais soará no recinto dos nossos Templos, nem o bafo impuro dos partidos e das facções manchará a pureza de nossas colunas⁸.

As três últimas linhas nos fornecem o novo ideal que passava também a guiar a maçonaria em todo o Brasil e que ainda hoje permanece como uma de suas metas: a Loja Maçônica não seria o ambiente discussões político partidárias, como as que norteavam os primeiros anos da maçonaria no Brasil, mas o espaço de discussão de questões políticas amplas, baseadas nos ideais humanistas e não preocupado em favorecer determinada parcela política. A postura política da maçonaria deve ser entendida, na acepção mais ampla do termo, como referente à tomada de posturas que se preocupassem com questões que afligiam a sociedade

⁸ KLOPPENBURG, Boaventura. Igreja & Maçonaria – Conciliação possível?. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

como um todo. Esta postura fez parte das reflexões de vários dos maçons brasileiros, durante o século XIX e início do XX⁹.

Outra missão começava a ganhar espaço dentro da sociedade maçônica, a da filantropia, pois muito se trabalhara no seio desta instituição para criar obras assistenciais, envolvendo-se em campanhas como a da abolição que além de política era também carregada de um sentimento humanitário, pois a filantropia já era uma prática difundida no interior da instituição. A ajuda entre os irmãos maçons não era esquecida, quando algum deles passavam por privações de ordem material, como o auxílio às viúvas de irmãos mortos. A solidariedade maçônica se estendera para iniciativas como a da constituição de creches, hospitais, orfanatos e escolas. A atuação de beneficência que a maçonaria desenvolvia não era algo recente na história da instituição. Frei Caneca nos alerta para alguns trabalhos desempenhados por esta sociedade através dos tempos:

Depois livres de perseguições, não só continuaram nos seus trabalhos, nos lugares antigos de suas sedes, como estabeleceram [...] e instituíram escolas de caridade na Alemanha, Dinamarca, Suécia, para educar os filhos dos franc-maçons, cuja pobreza os privava desta vantagem[...] Em Eisenack se fundaram muitos seminários desta natureza a expensas dos fran-maçons, e pouco tempo depois haviam setecentos meninos intruidos nos princípios das sciencias e doutrina christã. Em 1771 formou-se em Cassel um estabelecimento desta espécie, no qual eram educados os meninos até que pudessem ganhar a vida. Em 1773 as lojas de Dresde, Leipsick e Gorlitz levantaram em Frederikstad um seminário de educação para os meninos de toda qualidade. São públicos os grandes serviços que ella presta a humanidade na Inglaterra¹⁰.

Continuando a traçar o desenvolvimento da maçonaria pernambucana a partir de 1831, verificamos um momento de novo florescimento de lojas e consolidação de poderes. É uma fase que segue o ideal caritativo e beneficente, não se preocupando mais única e exclusivamente, em forjar movimentos partidários como anteriormente. Formava-se um Grande Oriente, no Recife em 1834, denominado de Grande Oriente

⁹ Sobre a postura política da maçonaria no século XIX, ver COLUSSI, Eliane. *A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*. 3.ed. Passo Fundo: Ediupf, 2003; além de COLUSSI, Eliane. *A Maçonaria Brasileira no Século XIX*. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

¹⁰ CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Obras políticas e literárias**. Colecionadas pelo comendador Antonio de Melo, edição fac-símile, Recife: ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 1972.

Provincial de Santa Cruz que foi prontamente reconhecido por todas as oficinas existentes.

Na fase que vai de 1831 até a década de 70 do século XIX, quando do surgimento da questão religiosa. Baseou-se na constituição de um trabalho de zelo pelos seus membros e entrega a questões de ordem caritativa e humanitária. Com o início da Questão Religiosa, as discussões políticas voltaram aos templos, e formaram-se vários grupos que cobravam uma postura do governo do Império em relação a essa questão.

Um reflexo da excitação política que contagiava a maçonaria pernambucana nessa fase foi o da proliferação de oficinas e a militância de vários adeptos que estavam por algum tempo afastado da instituição. O ano de 1884 foi um ano de crise na relação entre a maçonaria pernambucana e o poder maçônico sediado no Rio de Janeiro. O conflito se estabeleceu devido à luta empreendida por parte da maçonaria pernambucana por uma maior autonomia e menos centralização do poder do Grande Oriente do Brasil sediado no Rio, que desde 1863, encontrava-se dividido no Grande Oriente do Lavrado e o dos Beneditinos. Este último tido pela bibliografia maçônica como a sede dos espíritos liberais do ponto de vista político na maçonaria, durante vários anos eles se confrontaram, unindo-se somente quando eclodiu a Questão Religiosa

A constituição do Grande Oriente ao norte do Brasil tinha como objetivo o direcionamento das lojas maçônicas que se encontravam em Pernambuco ou em outras localidades no interior. Várias Lojas se aliaram a esse poder maçônico e, em novembro do mesmo ano, foi decretado uma constituição. Porém a vida deste Grande Oriente foi efêmera sendo até difícil precisar a sua dissolução. Podemos confirmar com base nos estudos de Pereira da Costa que com o fim do Grande Oriente do norte só três oficinas permaneceram funcionando, a Conciliação, Cavaleiros da Cruz no Recife e a Fraternidade Progresso na cidade de Goiana.

A maçonaria atravessa o século XIX no Brasil e especificamente em Pernambuco, tendo como um dos seus objetivos particulares transformar-se num centro de referência na sociedade brasileira e pernambucana. Boa parte desses alvos são alcançados, pois ela teve um papel político e social importante durante todo este século com atuações significativas em momentos decisivos da história do Brasil e de Pernambuco no campo político, social e cultural. A sua contribuição neste

ultimo espaço foi o de discutir temas na sociedade referentes a: liberdade de culto, secularização da sociedade e luta pela liberdade dos indivíduos, além de um largo trabalho no campo da formação cultural e educacional, esta desenvolvida fortemente na primeira década do século XX¹¹.

Em Pernambuco a preocupação com a educação foi acalentada pelos maçons, através da imprensa que se constituiu no fim do século XIX e início do XX, com jornais como o Oriente e revistas do porte do Arquivo Maçônico, publicações que foram localizadas durante nossos estudos. Há uma grande quantidade de artigos que defendem a educação leiga e a preocupação que a maçonaria devia ter na fundação de escolas para a instrução das classes menos favorecidas. Uma ação efetiva nesse sentido é a organização por parte da Loja Fraternidade e Progresso, localizada na cidade Goiana em uma escola primária, para a instrução dos indivíduos localizados naquela cidade. Essas ações servem para que tiremos da maçonaria aquela marca de satanismo que o discurso religioso e político contrário a essa instituição construíram, e perceber a importância política e sócio-cultural que a maçonaria desempenhou no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A respeito da atuação nos primeiros doze anos do século XX nos deteremos de forma mais detalhada em nosso estudo, observando a ação dos maçons e sua expansão, além da utilização da imprensa como elemento forte e combativo.

2 – A Maçonaria e a Imprensa Maçônica em Pernambuco (1870-1912)

Outro espaço que se constituiu numa tribuna para a difusão das posturas e posicionamentos maçônicos foi à imprensa. Além de veículo de propagação de idéias, a imprensa surgiu para a maçonaria como uma forma de expressar para o mundo fora das convenções maçônicas, quais os seus objetivos e finalidades. Esse sentimento de se tornar também compreendido pelo mundo profano norteava alguns dos periódicos que se formaram nos fins do século XIX e nas primeiras décadas do

¹¹ O estudo de Alexandre Barata é bastante interessante sobre este aspecto, pois mostra o trabalho da maçonaria na divulgação e estabelecimento de um estudo laico, chegando à constituição de escolas.

Século XX. Essa mentalidade encontra-se expressa no editorial do primeiro número do Jornal o Oriente daqui do Recife:

A maçonaria também já não precisa occultar-se na sombra para dar combate aos inimigos da liberdade, e pode franca e ostensivamente fazer gala dos princípios que a regem, dos intuitos que tem, dos fins que deseja alcançar, em prol dos quaes se tem sempre batido¹².

Podemos estabelecer o ano de 1871, como o de formação de uma imprensa maçônica regular no Brasil a partir da constituição do Boletim do Grande Oriente do Brasil, que num primeiro momento teve a preocupação de servir como espaço de divulgação interna de normas, atos e decretos. Passando a atuar de forma mais doutrinária, do ponto de vista político e cultural, após a eclosão da Questão Religiosa. Quando foi necessário constituir uma imprensa forte e militante para fazer frente às perseguições do clero e expor as posições das lideranças maçônicas do País, além dos princípios da ordem.

Boa parte dos textos que encontraremos a partir de então no Boletim do Grande Oriente se pautara tendo como temas sempre recorrentes críticas das posturas de intolerância da Igreja para com os grupos que não comungavam dos seus pontos de vista, defesa da tolerância religiosa e de laicisação do Estado. Todos os temas que perturbavam os setores mais conservadores da Igreja Católica no Brasil.

Em Pernambuco a imprensa maçônica ensaiara seus primeiros passos ainda no século XIX, no ano de 1872, com a publicação do periódico A Família Universal que teve uma vida efêmera, sendo publicados somente 4 números. A partir daí outras publicações de curta circulação apareceram. É o caso, ainda no século XIX, do Jornal o Livre Pensador, de junho de 1877 e no século XX o jornal Luzeiro da Verdade encontrado apenas o número de 14 de julho de 1906.

A primeira publicação da Maçonaria pernambucana a ter uma vida mais duradoura foi o Jornal O Oriente, iniciado por J. M. Carneiro Vilela em 1898, com objetivos de discutir o desenvolvimento da maçonaria pernambucana e as idéias liberais. O Oriente permaneceu durante quase três anos como o principal veículo de

¹² O ORIENTE – Periódico de propaganda maçônica e idéia Liberal, Recife 07/03/1898, p. 1.

comunicação da maçonaria pernambucana. Seguindo o modelo das publicações do Gênero, os seus artigos eram fortemente influenciados de um caráter anticlerical, de crítica às posturas classificadas pelo seu articulista como obscurantista e intolerante. A preocupação com a política e o social também eram uma constante na pauta de assuntos do periódico. Podemos verificar a sua preocupação com os posicionamentos políticos no Estado utilizando como exemplo o artigo abaixo:

De accordo com o preceito constitucional, abriu-se hontem o congresso do Estado com todas as formalidades do estylo[...] Si os balbuciamientos de creança na vida jornalística, podesse chegar aos ouvios dos lycurgos do nosso congresso, e ser por eles attendidas, pedir-lhes-iamos diferentes cousas de utilidade publica, entre as quaes as seguintes: que dispensassem a lavagem de roupa suja dos partidos, que só serve para envergonhar aqui, e principalmente fora d'aqui; que não perdessem o tempo em discussões estéreis e inúteis, mas sim o aproveitassem na concepção de boas leis e na indicação de boas medidas de hygiene moral e material, de que tanto precisamos; que não se descurassem da instrucção do povo, cercando-a das garantias precisas para succumbir à invasão perniciosa do fanatismo, da superstição e do erro; e finalmente que tivessem piedade do povo, mesmo do povo que os elegem, não lhe arrancando a camisa do corpo e o pão da boca como se tem feito até hoje, lembrando-se os respeitáveis lycurgos do Estado de que o vosso povo é pobre – Já está paupérrimo – e que lhe é portanto impossível dar aquilo que não tem¹³.

assuntos internos, como os de ritualística, funcionamento das Lojas e reflexões dos principais pontos da filosofia e doutrina maçônica. Com a virada do século o Jornal O Oriente não continuou sua atuação encerrando sua carreira em 25 de outubro de 1900, deixando uma lacuna nas publicações que se dedicavam a mostrar os destinos da maçonaria pernambucana.

Outro momento de fôlego nestas primeiras décadas do século XX, ocorre com a organização do Arquivo Maçônico, revista que tinha a frente maçons importantes tanto na administração quanto na redação de artigos. Dentre vários colaboradores que se dedicavam ao jornalismo maçônico, havia aqueles que se destinavam ao trabalho na imprensa profana. Os nomes que merecem mais destaque foram Pereira da Costa, Manoel Arão e Mario Melo, que foram importantes colaboradores dos principais jornais de Pernambuco.

¹³ O ORIENTE – Periódico de propaganda maçônica e idéia Liberal, Recife 07/03/1898, p. 1

A lógica que norteava esta publicação seguia os intuitos de ser órgão militante da causa maçônica, principalmente numa fase que a maçonaria começa a expandir-se para alguns núcleos do interior como Vitória e Nazaré da Mata. Era urgente, desde o fim do Oriente, a organização de uma folha maçônica que discutisse temas maçônicos e mostrasse o posicionamento político, social e cultural deste setor da sociedade. Vários são os temas que encontraremos tratados nessa publicação, os de crítica ao poder eclesiástico estarão ainda presentes, outros como a importância do casamento civil e o processo de secularização da sociedade.

A propaganda em torno da instituição com notícias sobre iniciações nas diversas lojas do Estado, as resoluções tomadas na maçonaria nacional e internacional ocuparam longas páginas da revista. A preocupação com a história da instituição terá espaço, através de vários textos, que mostram o surgimento da maçonaria e o envolvimento dela com movimentos tanto no Brasil como no mundo. A preocupação com a história será sempre acalentada por figuras como Mario Melo e Manuel Arão, este último publicando uma série de artigos denominados a história e a lenda da Maçonaria, preocupados em mostrar os ensinamentos filosóficos e as fases históricas que esta instituição atravessou.

O desaparecimento do Arquivo maçônico para nós ainda é obscuro, carecendo de explicações mais concretas. O último número localizado na sede da Loja Maçônica Segredo e Amor da Ordem, no Oriente do Recife é do mês de agosto de 1912. O que podemos supor devido as várias notas conclamando os assinantes a quitarem suas assinaturas ou indicarem novos assinantes, passa pela hipótese da revista ter deixado de circular por questões financeiras. Como os altos encargos de impressão nem sempre eram compensados com as assinaturas, para nós essa é uma das explicações mais plausíveis para o encerramento deste órgão.

BIBLIOGRAFIA:

ASLAN, Nicola. História geral da maçonaria; fastos da Maçonaria brasileira. Rio de Janeiro: Aurora, s.d.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. **Obras políticas e literárias**. Colecionadas pelo comendador Antonio de Melo, edição fac-símile, Recife: ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 1972

COSTA, Francisco A. P. A maçonaria em Pernambuco. In: **Arquivo Maçônico**. Recife, dez. 1910.

COLUSSI, Eliane. A Maçonaria Gaúcha no Século XIX. 3.ed. Passo Fundo: Ediupf, 2003

MELO, Mário. **A maçonaria e a Revolução republicana de 1817**. Recife: Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico pernambucano, V.15, nº79, 1910.

KLOPPENBURG, Boaventura. Igreja & Maçonaria – Conciliação possível?. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.